



“Para mim, a reposição tem que tomar todo o mês de julho, sem nenhuma interrupção para recesso. Sou totalmente contra as aulas nos sábados. No ano passado mesmo, quase ninguém ia ao colégio nesse dia. E os que apareciam ficavam enrolando”.

(Andréa Pedrosa, 14 anos, aluna do segundo ano do segundo grau)



“A minha única exigência é quanto à reposição integral do conteúdo. Considero o ensino público muito fraco para quem vai fazer o vestibular. E se o conteúdo perdido não for repostado, vai ficar pior ainda. Abro mão, inclusive, das férias de julho e dezembro”.

(Felipe Figueiredo, 19 anos, terceiro ano do segundo grau)



“Os dois meses sem aula devem ser repostos nem que seja preciso usar todos os sábados até o fim do ano. As aulas têm que ser em julho, dezembro e até quando for necessário, para não haver prejuízo para os alunos. Se a reposição for a sério, até dezembro dá para encerrar o ano”.

(Jaqueline Batista, 16 anos, primeiro ano do segundo grau)



“Sou a favor das aulas aos sábados, desde que haja organização. Se for como no ano passado, é melhor nem ter. Lamento perder as férias, mas não vejo outro jeito. A reposição só vale se houver empenho de alunos e professores, que muitas vezes repõem disfarçadamente o tempo perdido”.

(Ricardo Coutinho, 17 anos, primeiro ano do segundo grau)



“Não concordo com a reposição aos sábados porque estas aulas raramente acontecem. Prefiro que estudemos em julho, funciona mais. Mas para quem é do terceiro e vai fazer o vestibular em janeiro, qualquer sacrifício é válido para não perder o ano. (Andréa Cristina de Souza, segundo ano do 2º grau). 17 anos.

Para aluno, sábado é só enrolação

Gato escaldado tem medo de água fria. E com os alunos da rede oficial de ensino o ditado ganhou contornos de triste realidade. Acostumados às sucessivas greves dos professores nos últimos anos, muitos deles fazem uma contabilidade curiosa: se forem somados todos os dias parados dos movimentos reivindicatórios realizados pela categoria, cada um já perdeu mais de um ano letivo. Por isso, a velha fórmula de repor as aulas aos sábados é encarada com tanta desconfiança e descrédito.

O drama é mais acentuado para aqueles alunos que, no ensino público, procuram condições para enfrentar a guerra do vestibular. Quem cursa o terceiro ano do segundo grau tem medo de jogar um ano de vida pela janela. “Vai ser uma corrida contra o tempo”, assusta-se Renato

Fonseca, 17 anos, do Colégio Elefante Branco. Ele admite as aulas aos sábados, até porque já se convenceu de que as férias de julho estão perdidas.

VITIMAS MAIORES

Há mitivos de sobra para a posição cautelosa dos alunos em relação às aulas nos sábados. Eles sentem-se, naturalmente, os maiores prejudicados com a greve dos professores e, através da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília (Umeseb), fazem um apelo à diretoria da Fundação Educacional para que a reposição aconteça “de maneira justa”.

Eles alegam que, na greve de novembro de 1988, foram prejudicados e acusam os professores de não cumprir o calendário estabelecido pela FEDF após o término do movimen-

to. “Esperamos que dessa vez os docentes tenham consciência. Eu, durante este semestre, não tive uma única aula de História. Como será solucionada a minha situação?”. pergunta Donizete Moura de Jesus, presidente da entidade.

Temendo que se repita a “enrolação” dos anos anteriores, os alunos pedem à Fundação Educacional que escale fiscais para cada escola, para que as aulas não sejam “tropeçadas” pelos professores. “Nós só queremos justiça. Não temos culpa se o governo não atendeu o que os docentes pediam. Acho, ainda, que a solução não seria greves longas, como essa, mas que fosse feito um acordo entre as partes para não prejudicar os estudantes”, frisa Adriano Reis, tesoureiro da Umeseb e um dos principais articuladores da entidade.

Transferência para particular é saída

“No próximo ano vou deixar a escola pública, me matricular na escola particular e fazer um cursinho pré-vestibular. Meus estudos vão mal, não tenho mais base, apesar de ter conseguido boas notas até agora”, desabafou ontem o estudante da segunda série do segundo grau do Centro de Ensino 1 do Cruzeiro, Hélio Vieira Cardoso. No primeiro dia de aula, após as 55 dias de férias forçadas em consequência da greve dos professores da Fundação Educacional do Distrito Federal, Hélio estava pessimista. Reconheceu que a qualidade do ensino está caindo e não ficou surpreso ao saber que os professores permaneceram em greve 161 dias nos últimos três anos.

“Eu vivi estas greves todas e acho que prejudicaram muito o ensino. Considero justa a reivindicação salarial dos professores, mas penso que deviam encontrar uma outra forma para lutar por melhores salários”. Mais novo, o estudante da terceira série do primeiro grau do Centro de Ensino de Primeiro Grau do Cruzeiro, Carlos Silva Souza, 11 anos, se surpreendeu com o fato de os professores terem passado quase um ano letivo com suas atividades paralisadas.

“Acho que foi por isso que repeti a segunda série duas vezes”, raciocinou. Temendo “levar bomba” mais uma vez, ele disse que está “fraco nos estudos, principalmente em In-

tegração Social”. Fernanda Rodrigues Silva, 9 anos, aluna da segunda série do primeiro grau da escola classe da 107 Sul, não se conformava em passar as férias estudando para repor os dias parados. “Se tiver aulas aos sábados, eu não vou faltar, mas quero as férias”.

Os 18 mil professores da Fundação Educacional do DF voltaram às salas de aula ontem. Eles queriam mais de 100 por cento de aumento, e conseguiram 82,52 por cento, incluindo o reajuste de 30 por cento concedido a todo o funcionalismo público. Para voltar ao trabalho, os grevistas deram prazo até outubro para o Governo do Distrito Federal implantar o plano de carreira da categoria, uma reivindicação da greve realizada em maio de 1986, que durou 22 dias.

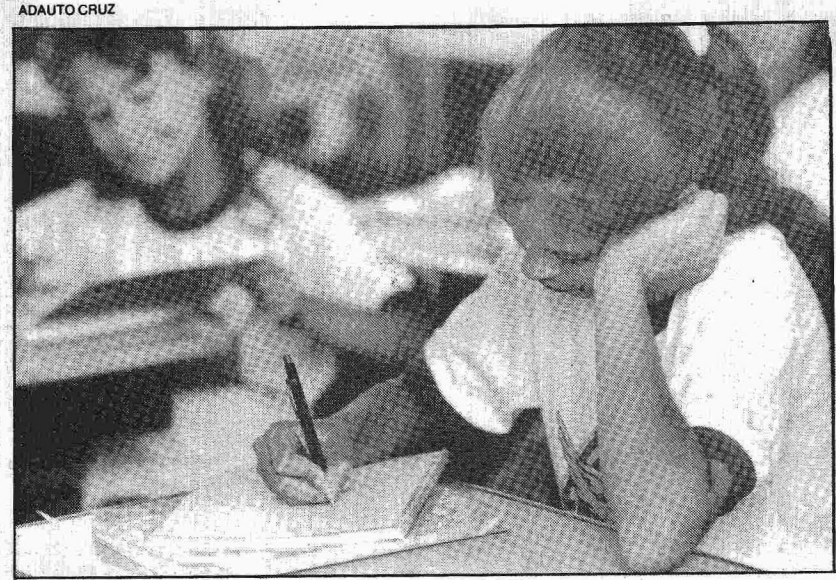
Naquela ocasião, o ex-secretário de Educação, Fábio Bruno, prometeu implantar aos poucos o plano, que representava um aumento de 20 por cento no valor da folha de pagamentos da Fundação. Até hoje o plano não foi implantado, mas já representa um acréscimo de mais de 100 por cento na folha de pagamentos dos professores, conforme admitiu na quinta-feira a diretora-executiva da Fundação, Malva Queirós. Segundo ela, o Governo ainda não enviou projeto de lei ao Legislativo propondo a implantação do Plano, por que faltam recursos na Secretaria de Planejamento (Seplan).

Em abril de 1987, os professores deflagraram nova greve, quase tão longa quanto esta última: 46 dias. O movimento foi articulado junto com 14 órgãos do GDF. Os trabalhadores estavam insatisfeitos com as perdas salariais registradas após o fim do Plano Cruzado.

Os professores reivindicavam 100 por cento de aumento e novamente a implantação do Plano de Cargos e Salários. Na ocasião, o governador interino, Guy de Almeida, prometeu demitir 500 grevistas e afastou 18 diretores de seus cargos. O GDF cortou pontos dos grevistas, mas recuou. Ao final do movimento, os professores voltaram ao trabalho com a promessa de 15 por cento de reajuste e retorno dos diretores a seus cargos.

No ano de 1988, os professores deflagraram duas greves, uma em abril, de 21 dias, e outra em outubro, de 17 dias. Sempre reclamando dos baixos salários e exigindo a implantação do plano de carreira, eles reivindicavam também a eleição direta dos diretores de escolas — pedido atendido pela FEDF.

Na greve de 1989as reivindicações não mudaram: melhores salários e o PCS. “Estamos negociando há mais de 100 dias a implantação do Plano com a área econômica”, informou Malva Queirós.



Para os alunos do primeiro grau, reposição não afeta tanto

Calendário da reposição será decidido logo

Uma comissão formada por representantes do Sindicato dos Professores, pais, alunos, diretores de escolas e da Fundação Educacional (FEDF) se reúne nesta segunda-feira, às 16h, para discutir as formas de repor os dias perdidos com a paralisação dos docentes da rede oficial. Do encontro, deverá sair um calendário capaz de resolver o impasse.

Da parte da FEDF há um ponto considerado “inegociável”: não serão levados em consideração problemas de pais e professores; apenas dos alunos, os mais prejudicados com a greve. Aliás, segundo a Assessoria de Imprensa do órgão, é a primeira vez que o corpo docente terá voz nas discussões sobre a reposição dos dias letivos.

O Sinpro ainda não tem posição sobre o assunto, mas vai apresentar uma ressalva na reunião. A entidade quer um tratamento especial para os estudantes do terceiro ano do segundo grau, que demonstraram preocupação com a possibilidade de as aulas serem repostas em janeiro, prejudicando o vestibular.

Os professores devem tirar uma proposta depois de reunião entre os delegados sindicais, na próxima quarta-feira. Raimunda Mendes da Veiga, diretora, disse que as aulas aos sábados, no primeiro grau, acarretam grande evasão. “Por enquanto, achamos que devem ser apresentados vários calendários, para serem utilizados de acordo com a realidade de cada escola.

Luiz Cassemiro, presidente da Associação de Pais e Alunos (APA), lembra que partiu do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) a idéia de se formar uma comissão. Segundo ele, foram perdidos 38 dias úteis com a greve, além de três de paralisação, fora do movimento. Ao todo, existem 190 dias letivos. Como a legislação determina o mínimo de 180, há mais de uma semana que poderá ser esquivada.

“Não sabemos se a Fundação vai aceitar. Temos que cumprir a legislação, levando em conta os 10 dias de folga”, afirmou o presidente da APA. Sua proposta é de que sejam cumpridos 31 dias, e não os 41, resultantes da soma de todas as paralisações do ano letivo.

Conseguir dados junto ao serviço público de Brasília, na sexta-feira é um trabalho que nem o mais hábil dos investigadores obteria, principalmente depois de 17 horas. Ontem, na Fundação Educacional, por exemplo, foi impossível encontrar alguma pessoa habilitada a dar informações seguras sobre a distribuição da merenda escolar. A responsável pelo setor (DAE), Nanami Cupertino, não estava no local de trabalho e nenhum dos colegas disse ter condições de fornecê-las.

A única explicação obtida para a ausência da responsável era de que estava vistoriando escolas do DF para a realização dos Jogos Abertos Escolares.

Retorno às aulas foi só parcial

O retorno às aulas dos alunos da rede oficial, depois da greve de 54 dias dos professores, foi parcial. Em algumas salas do Centro Educacional Elefante Branco, não havia mais do que dez alunos. A maior parte dos estudantes deve voltar mesmo na segunda-feira. Nas 114 escolas da regional do Plano-Piloto e do Cruzeiro, o assunto do dia era a reposição, pois o número reduzido de alunos já era esperado em função da greve ter sido suspensa, às vésperas do final de semana.

Na Escola Classe da 304 Sul, dos 400 alunos dos dois turnos de curso primário, apenas uma minoria sentiu o fim da greve, já que grande parte dos professores daquela escola não aderiu ao movimento. A diretora Maria Clara Ramos informou que no turno da manhã, apenas duas professoras mantiveram a greve até quinta-feira. As outras retornaram no dia 29 de maio. No turno da tarde, dos dez professores, seis estavam em greve e voltaram ontem para dar aulas a um pequeno grupo de alunos.

Maria Clara Ramos disse ainda que quatro turmas não terão reposição de aulas, pois suas atividades não foram interrompidas e o calendário elaborado no início do ano será rigorosamente cumprido.

No Elefante Branco, na 907 Sul, o número de alunos também foi reduzido. Numa turma de sétima série do primeiro grau, dos 40 alunos listados, apenas nove compareceram. Em outra, de segundo ano do segundo grau, de 35 alunos, dez voltaram.

Olinda Ribeiro, encarregada pedagógica do turno matutino do Colégio Elefante Branco, informou que o retorno estava sendo normal para uma sexta-feira e que a preocupação dos alunos e professores era mesmo com a reposição das aulas. A professora Olinda acrescentou que o Elefante Branco já tem, inclusive, um esquema de reposição para sugerir aos alunos, pais e professores. O esquema prevê reposição de aulas durante os meses de julho e dezembro e provas aos sábados. Olinda Ribeiro acredita que desta forma não haverá problema que impeça o encer-

ramento do ano letivo no final de dezembro, para que os alunos do terceiro ano do segundo grau não sejam prejudicados quanto ao vestibular.

REPOSIÇÃO

No Caseb, (908 Sul), a diretora Cleidimar Xavier já estava preparando uma avaliação do período letivo perdido com a greve. Ela informou que foram computados 42 dias letivos. A greve atingiu 38 dias. Com esses dados, Cleidimar comprovou que as turmas de quinta a oitava séries terão que repor o conteúdo de um bimestre, já que greve equivale aos dias trabalhados.

Antônio Expedito Ribeiro, diretor do Centro Educacional do Setor Leste, da L-2 Sul, informou que a maioria dos alunos e professores quer a reposição de aulas aos sábados. Muitos não abrem mão de alguns dias de férias.

O diretor regional de ensino do Plano Piloto e Cruzeiro, Francisco Afonso de Castro, afirma que os critérios da reposição serão decididos pela comissão de pais, alunos, representantes da Fundação Educacional e do Sindicato dos Professores. Mas já adiantou que em alguns casos, como os das escolas de curso primário que não aderiram à greve, o calendário será o mesmo do começo do ano. Só entrarão no esquema de reposição as turmas que voltaram ontem e as que já estavam tendo aula desde o dia 29 de maio, quando houve uma convocação da Fundação Educacional para o retorno dos professores.

Francisco Afonso de Castro disse que os professores que voltaram a trabalhar no dia 29 só precisarão repor aulas até completar os 180 dias letivos ou as 720 horas/aula exigidas pela legislação.

Na próxima terça-feira, os 114 diretores das escolas do Plano Piloto e Cruzeiro se reunirão com o diretor regional Francisco Afonso para avaliar o movimento e rediscutir um plano de ação para 1989. O encontro será no Centro Interescolar de Línguas (CIL), que funciona no prédio do Elefante Branco.